

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Parecer da PGR não pacifica ministros do STF

Não serviu para colocar um fim à guerra entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a manifestação da Procuradoria Geral da República (PGR) sobre a Petição (PET) 16.704, procedimento instaurado para apurar acusações do ministro Alexandre de Moraes contra o colega da Corte André Mendonça.

Moraes acusou Mendonça de abuso de autoridade, improbidade administrativa, crime de responsabilidade e de agir com parcialidade para favorecer “determinados grupos políticos”, ou seja, o grupo do candidato bolsonarista a presidente da República, Flávio Bolsonaro (PL).

Mendonça, por sua vez, acusou Moraes de cometer ilegalidades ao requisitar relatórios de inteligência da Polícia Federal (PF) com “o objetivo de evidente denúncia caluniosa e abuso de autoridade” ao acusá-lo do cometimento de crimes.

A mídia noticiou que a PGR enviou ao STF um parecer contrário ao pedido de Moraes para investigar Mendonça, dando a impressão de que o procurador-geral, Paulo Gonet, estaria jogando para pacificar os ânimos entre os ministros.

Gonet vinha sendo apontado como aliado de Moraes, Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin. Esse grupo está em choque com Mendonça, Kassio Nunes Marques e Luiz Fux, ao qual teria se juntado recentemente o ministro Dias Toffoli.

A leitura que o grupo de aliados de Alexandre de Moraes faz do parecer da PGR é bastante diferente do que foi noticiado pela mídia. Um

parecer técnico que circula entre eles diz explicitamente que “a leitura do documento não autoriza essa conclusão. Em nenhum momento a PGR afirma que tais atos foram lícitos”.

De fato, a PGR rejeita no texto a tese de que os relatórios de inteligência da Polícia Federal usados por Alexandre de Moraes seriam ilegais. Segundo a manifestação da Procuradoria, eles não constituem investigação contra ministro algum. Registram fatos ocorridos no curso das apurações, inclusive as interações de André Mendonça com integrantes da PF.

Por isso, o grupo de Moraes pretende deixar claro, no julgamento da petição, que os relatórios permanecem, portanto, aptos a subsidiar apurações posteriores.

Na leitura desse grupo, a PGR reconhece expressamente que os relatórios sugerem direção das investigações com vieses “incompatíveis com a neutralidade exigida do magistrado incumbido de supervisioná-las”, no caso, o Ministro André Mendonça.

O argumento é de que Paulo Gonet apenas manifestou que essa conduta não se enquadra nos tipos da Lei de Abuso de Autoridade e esclarece que esse foi o único tema examinado “neste momento”.

Quanto ao crime de responsabilidade e à improbidade administrativa, o grupo avalia que a PGR não afirmou a inexistência desses ilícitos. Limitou-se a observar que o primeiro é da competência do Senado e que a apuração do segundo não depende de autorização do plenário do STF.

Deixaria aberta, assim, a apuração da conduta de Mendonça em outras instâncias, como uma sindicância administrativa ou um inquérito civil para apuração de improbidade. Noutras palavras: a guerra continua.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Meta aposenta o porrete

Ao criticar a atuação da empresa na eleição brasileira, o Comitê de Supervisão de Conteúdo da Meta — dona do Instagram, Facebook e Whatsapp — reforçou que o velho porrete citado por Theodore Roosevelt para controlar vizinhos foi substituído por mecanismos coloridos, sedutores e envolventes.

Erraram os bolsonaristas que levaram para o comício da Avenida Paulista a alegoria de míssil e a manifestação do desejo de que Donald Trump bombardeasse o Brasil. A bomba agora é outra, menos óbvia em sua forma e na promessa de gozo de sua potencial explosão, elabora de outra forma o desejo de destruição, de amor ao ódio.

Invasões, ainda que pontuais, como a ocorrida na Venezuela, são usadas apenas em casos extremos. É mais simples, barato e produtivo exercitar o poder de forma mais sutil, a partir de algoritmos treinados para burlar tentativas de controle e que fazem das estruturas de defesa instrumentos tão inúteis quando a Linha Maginot criada para barrar a máquina de guerra nazista.

Graças a um Tribunal Superior Eleitoral mais atento a exército virtual interno do que ao invasor que busca manipular o processo de votação, os agressores deitam e rolam. Quando muito inventam desculpas grosseiras para tentar justificar o que foi detectado e provado: a utilização de instrumentos para barrar a disseminação de mensagens da campanha de Lula (PT) e estimular as oriundas das tropas de Flávio Bolsonaro (PL).

Chega a ser risível a tentativa do TSE de

ameaçar com multas irrisórias uma empresa com a riqueza e o poder da Meta. Não dá para usar armas utilizadas para constranger abusos cometidos por empresas ou pessoas físicas brasileiras. O jogo teria que ter sido muito mais pesado, como o utilizado pelo ministro Alexandre de Moraes, que tirou o X, ex-Twitter, do ar.

A farra eleitoral do Instagram representa uma ameaça ainda maior para o país, para os conceitos de soberania e de liberdade. Trata-se de um inimigo diferente, alimentado por cada um nós ao postarmos, curtirmos, comentarmos, comprarmos ou, simplesmente, clicarmos sobre um produto ou serviço. Ele sabe tudo de mim e de você.

Alimentamos aquele que nos vigia e que, por sua vez, nos entrega rações balanceadas do que gostamos, uma estratégia que reforça nossa incapacidade de ouvir e entender o outro, que nos empanturra com nossas próprias certezas, que estimula nosso radicalismo.

O processo de reafirmação do sectarismo de cada um de nós a partir da seleção do que nos será servido já é grave, incompatível com a lógica democrática — diferentemente do que ocorre em um jornal, onde várias visões são publicadas, as redes nos dão apenas nossos pratos favoritos, o que é desastroso na lógica política democrática, que pressupõe convivência entre sabores diferentes.

Mas, além disso, o Instagram decidiu fraudar as porções, não entregar o que um lado encomendara e fornecer bônus para o outro. Atua como um restaurante que mandasse uma pizza pequena para quem pediu a grande enviasse três grandonas para quem tivesse pago por apenas uma. Todos corremos o risco de indignação.

EDITORIAL

A Primavera dos Povos de hoje é pior que a de ontem

As ondas de protestos protagonizadas por jovens em diferentes países europeus, com destaque para França, Itália e Portugal, revelam um descontentamento que vai muito além de reivindicações pontuais. Por trás das manifestações, há uma geração que questiona as prioridades dos governos, denuncia a precarização das condições de vida e demonstra crescente impaciência com instituições que parecem incapazes de oferecer respostas aos desafios do presente.

Na França, a insatisfação social tem raízes profundas. O desgaste da política tradicional, as dificuldades econômicas, a crise de confiança nas instituições e a percepção de que os sacrifícios recaem desproporcionalmente sobre os trabalhadores alimentam a mobilização nas ruas. A instabilidade política amplia esse cenário e abre espaço para discursos radicais, tanto à esquerda quanto à direita. O risco é que a incapacidade dos partidos tradicionais de canalizar as demandas sociais favoreça, sobretudo, forças ultranacionalistas que prometem soluções fáceis para problemas complexos.

Na Itália, a juventude também enfrenta um horizonte marcado pela insegurança profissional, pelo custo da moradia e pela dificuldade de construir projetos de vida independentes. A precariedade do emprego e a falta de perspectivas para quem ingressa no mercado de trabalho alimentam a sensação de que o futuro se tornou um privilégio. Em Portugal, a crise habitacional, a alta dos aluguéis, os salários insuficientes e a emigração de profissionais qualificados expõem contradições de um país que, apesar de avanços econômicos, ainda tem dificuldades para assegurar condições dignas de permanência aos mais jovens.

Embora cada país apresente suas particularidades, há um denominador comum: a distância entre as expectativas de uma geração e a capacidade de resposta do poder público. A promessa de mobilidade social, sustentada durante décadas pela educação e pelo trabalho, perdeu credibilidade para muitos jovens que estudam, se qualificam e, ainda assim, não conseguem comprar uma casa, constituir família ou planejar o futuro com segurança.

Os protestos, contudo, não devem ser interpretados como simples explosões de inconformismo. Constituem um alerta democrático. Quando os canais institucionais deixam de acolher demandas legítimas, a rua passa a ocupar o espaço que a política não consegue preencher. Mas a indignação, por si só, não produz mudanças duradouras e pode ser explorada por grupos que transformam frustrações sociais em combustível para a intolerância.

Cabe aos governos europeus responder com políticas concretas de habitação, emprego, educação e proteção social, além de recuperar a confiança na representação política. Reprimir manifestações ou reduzir os participantes a uma minoria radical apenas aprofunda a crise. A juventude não exige promessas grandiosas, mas condições reais para viver com dignidade. Ignorar esse recado significa entregar o futuro europeu à desesperança e aos extremismos que prosperam onde faltam perspectivas.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal